

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO,
AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, ESTADO DE
GOIÁS.**

Contrarrazões em,

Processo Administrativo Licitatório: nº 2025020085

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90058/2025

Objeto: Aquisição de equipamentos novos, de primeiro uso, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes.

Recorrida: Pontal Comércio e Distribuidora de Peças LTDA. (CNPJ nº 47.802.203/0001-65)

Recorrentes: Cataloc Locação de Ferramental Industrial LTDA (CNPJ nº 27.084.006/0001-40); M2TEC Assistência Técnica LTDA (CNPJ nº 38.029.650/0001-32) e FM Peças e Máquinas LTDA (CNPJ nº 14.233.242/0001-30).

PONTAL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 47.802.203-0001-65, com sede à Rua Carolina Cândido da Silva, Bairro Loteamento Pontal Norte, Catalão – GO, por intermédio do seu Sócio Administrador, o Senhor. Luismar Furtado Pereira, devidamente inscrito no CPF sob o nº 527.337.181-34, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, com endereço profissional na Rua Frederico Campos, 140, Centro, Catalão, Estado de Goiás, (mandato em anexo), apresentar

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Protocolizados pelas Empresa CATALOC LOCAÇÃO DE FERRAMENTAL INDUSTRIAL LTDA (CNPJ Nº 27.084.006/0001-40); M2TEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (CNPJ Nº 38.029.650/0001-32) E FM PEÇAS E MÁQUINAS LTDA (CNPJ Nº 14.233.242/0001-30), no Processo licitatório registrado acima em epígrafe.

I- BREVE SINOPSE FÁTICA

Inicialmente, Excelência, é importante ressaltar que, no dia 22/09/2025, foi realizada, por meio eletrônico, Sessão Pública do processo licitatório em epígrafe.

Diversas empresas participaram do processo licitatório em questão. No item 01 da disputa, a Recorrida foi provisoriamente classificada como vencedora. Ato contínuo, a Comissão declarou a Peticionária como habilitada, abrindo o prazo para apresentação de recursos.

Inconformadas com a habilitação, as Recorrentes interuseram os recursos aqui vergastados, alegando que a classificação foi indevida, pois a marca apresentada pela Recorrida para o item 01, supostamente, não atenderia as especificações editalícias.

II- DA TEMPESTIVIDADE

O prazo para a apresentação de contrarrazões foi iniciado em 01/10/2025, com término previsto para 06/10/2025.

Portanto a presente peça, além de própria, é tempestiva, merecendo ser conhecida e processada, nos termos da Lei.

III- DO MÉRITO DAS CONTRARRAZÕES

Excelência, por mais que tenham sido interpostos três recursos, há semelhança em seu conteúdo, o que possibilita a apresentação da presente peça de forma unificada. Os recursos ora vergastados podem ser divididos em dois tópicos:

1. Da Suposta Inconformidade da Marca Apresentada;
2. Da Suposta Idoneidade dos Atestados Apresentados.

Em razão da multiplicidade de temas tratados, por questões didático-metodológicas, pede-se vênica para impugnar o recurso em tópicos apartados.

3.1. DA SUPOSTA INCONFORMIDADE DA MARCA APRESENTADA

Os três recursos, de forma uníssona, alegam que a marca apresentada pela Recorrida para o item 01, supostamente, não atenderiam as especificações mínimas do Edital, o que ocasionaria a sua desclassificação.

Das exigências, segundo os Recorrentes, a marca apresentada não atenderia os seguintes quesitos:

- a. Velocidade máxima de 19,3 km/h;
- b. Tanque de combustível de 45,4l.

Vejamos o quadro elaborado por um dos licitantes (a empresa FM, fls. 3 e 4):



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

2	Velocidade à frente: mín. 0 km/h e máx. 19,3 km/h	O documento apresentado não informa velocidade máxima de deslocamento (omissão). (Páginas comerciais do modelo não trazem especificação de velocidade em km/h).	Não informado — omissão grave <u>(impossível verificar conformidade com 19,3 km/h)</u>
6	Volume do tanque de combustível: 45,4 L	Ficha: capacidade do tanque informada em 38 L	<u>Não atende — tanque insuficiente</u> (38 L < 45,4 L exigidos).

Excelência, é mister salientar que os argumentos trazidos à baila pelas Recorrentes, de que a marca apresentada pela Recorrida não atende as especificações editalícias, não devem prosperar. Senão vejamos.

É vedada a Administração, que ela aceite apenas as marcas que atendam *ipsis litteris* as exigências do edital, pois nesse caso, configuraria direcionamento, o que é vedado em nosso ordenamento.

É pacífico o entendimento, entre as Cortes de Contas, de que as especificações técnicas trazidas pelo Edital se trata de uma referência, um norte, para que as licitantes possam apresentar marcas de igual ou superior performance.

Ou seja, deve haver uma flexibilização dos critérios de julgamento da proposta quando o produto cotado, em sua essência, for semelhante ou superior ao exigido no edital.

Vejamos a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

[...]



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

2. É admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do certame e o preço obtido revelar-se vantajoso para a administração

[...] (TCU. Acórdão 041.245/2018-0¹, 2ª Câmara. Relatora Ministra Ana Arraes, citação direta do Informativo de Licitações e Contratos nº 142. DJe 19/02/2019).

No Superior Tribunal de Justiça, o entendimento também é semelhante:

[...]

1. Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço.

¹ Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tcu/676501778>. Acesso em 04/10/2025.

[...] (STJ. RO em MS 15817RS 2003/0001511-4².
Ministro Relator João Otávio de Noronha. DJe
06/09/2005.)

A jurisprudência é clara no sentido de que as **especificações técnicas essenciais do produto** apresentado devem ser iguais ou superiores as exigidas pelo edital.

Tendo isso em mente, analisemos o item em questão:

Trata-se de cortador de grama profissional giro zero. A sua principal função é cortar grama, de maneira rápida e eficiente.

Os pontos apresentados pelas Recorrentes, de que a marca da Recorrida não atenderia as exigências não são relevantes frente ao objeto (capacidade do tanque de gasolina e velocidade máxima atingida).

Rememoremos, Excelência, a Administração está buscando por um cortador de grama e não por um carro de corrida.

No caso em questão, a principal especificação técnica a ser observada, é a potência do motor/cortador de grama. Ela é que irá determinar quantos metros quadrados de grama por dia o cortador consegue aparar. Ela é o “item relevante” / **especificação técnica essencial do produto**.

² Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/7194185>. Acesso em 04/10/2025.

Conforme admitido pela própria Recorrente FM em seu recurso, a potência do cortador de grama apresentado pela Recorrida é, por deveras, superior a exigência editalícia. Vejamos:

			<u>Interpretação:</u>
4	Motor — Potência: 23,1 kW (31,4 HP)	Ficha: 38 HP (motor V-Twin 38 HP / 999 cc)	Atende (potência superior ao mínimo exigido)

Veja, Excelência, a potência da marca apresentada pela Recorrida supera a exigida pelo edital em 21% (vinte e um por cento), ou seja, a superioridade da marca é notória.

Assim, o “item relevante” do produto foi atendido, bem como foi demonstrada a superioridade da marca da Requerida frente as exigências do Edital.

Ademais, foi atendido os demais critérios apontados pela Jurisprudência, quais sejam, não houve prejuízo a competitividade e a administração encontrou o melhor preço.

Nesse sentido, considerando que a marca apresentada pela Recorrida atende as exigências do Edital, é cogente a manutenção de sua classificação e habilitação.

3.2. DA SUPOSTA IDONEIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS

Primeiramente, é importante frisar que tal argumentação foi ventilada apenas no Recurso da empresa FM Peças e Máquinas LTDA.

No Recurso, a empresa alega que os atestados apresentados pela Recorrida, supostamente, demonstram sérios indícios de irregularidade, como semelhança no descritivo e assinatura dos atestados em data anterior a da licitação.

Excelência, novamente, as alegações da Recorrente não devem prosperar.

No Brasil, não é comum que empresas solicitem de seus clientes atestados de capacidade técnica. E quando solicitados, não é rara as vezes em que nem todos os itens comercializados constem no documento.

Também é corriqueiro o fato de que as empresas sempre deixam para a última hora para separar toda a documentação para participar de licitações.

Foi exatamente o que aconteceu no presente caso.

Durante toda a relação comercial a Recorrida nunca solicitou a elaboração de atestado de capacidade técnica, deixando para solicitar o mesmo de última hora.

Ademais, em razão da multiplicidade de itens fornecidos, por causa da pressa, a Recorrida solicitou o Atestado apenas dos itens relevantes para a presente licitação.

Nesse sentido, a Recorrida não cometeu nenhum crime, sendo que todos os seus atestados de capacidade técnica são verossímeis e possuem lastro probatório.

Outro ponto que merece ser suscitado se trata de que, em tese, não cabe a administração o dever de verificar a veracidade ou não de atestados técnicos, cabendo tal função ao fisco federal e ao estadual, uma vez que se trata da venda de insumos.

O principal dever da administração, em um processo licitatório, é a busca pelo melhor preço, o que, de fato, foi alcançado no presente certame.

Nesse sentido, conforme restou demonstrado, as alegações da Recorrente não devem prosperar, devendo a habilitação da Recorrida ser mantida.

IV- DOS PEDIDOS

Nesse contexto ***REQUER***:

- i- O **RECEBIMENTO** e o **PROCESSAMENTO** da presente peça, termos da Legislação Pátria;
- ii- Que os recursos interpostos sejam improvidos, nos termos supra.

Nestes termos, pede deferimento.



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Catalão, Estado de Goiás, 06 de outubro de 2025

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão
OAB-GO n° 12.891

Cesario de Aguiar Silva Oliveira
OAB-GO n° 55.178

Lucas Sambrana dos Santos
OAB-GO n° 57.817